“A UNIVERSIDADE ME FORTALECEU E EU PASSEI ISSO PARA MUITAS GURIAS!”

“THE UNIVERSITY MADE ME STRONGER AND I PASSED THAT ON TO MANY GIRLS!”

“¡LA UNIVERSIDAD ME HIZO MÁS FUERTE Y ESO SE LO TRANSMITÍ A MUCHAS CHICAS!”

Karina Ribeiro S. Molina[1]
Paula Regina Costa Ribeiro[2]

RESUMO
O presente artigo tem por objetivo problematizar a presença das mulheres indígenas universidade federal do sul do Brasil, apontando a importância da visibilidade na construção de uma ciência decolonial e interseccional. O Ensino Superior confere a essas mulheres a possiblidade de estarem em um lugar outro que não o espaço doméstico, privado para o qual teriam nascido, considerando todos os aspectos culturais que delimitam os papeis desempenhados por homens e mulheres nas comunidades indígenas, enquanto resquícios da colonialidade de gênero. Por meio de uma investigação narrativa, entendida como o estudo da experiência, entrevistamos acadêmicas indígenas de cursos de graduação da IFES, evidenciando que estar na universidade, com efeito, torna as mulheres indígenas visíveis, fortalecendo não apenas a luta por direitos iguais entre homens e mulheres, mas também a causa indígena e a sua luta pelo território.
PALAVRAS-CHAVE: colonialidade; mulheres indígenas universitárias; Ensino Superior; visibilidade.

ABSTRACT
This article aims to problematize the presence of indigenous women at the federal university in southern Brazil, pointing out the importance of visibility in the construction of a decolonial and intersectional science. University education gives these women the possibility of being in a place other than the domestic, private space for which they were born, considering all the cultural aspects that delimit the roles played by men and women in indigenous communities, as remnants of coloniality of gender. Through a narrative investigation, understood as the study of experience, we interviewed indigenous women academics from IFES undergraduate courses, showing that being at university, in effect, makes indigenous women visible, strengthening not only the fight for equal rights between men and women, but also the indigenous cause and their struggle for territory.
KEYWORDS: coloniality; indigenous women academics; University education; visibility.

RESUMEN
Este artículo tiene como objetivo problematizar la presencia de mujeres indígenas en la universidad federal del sur de Brasil, señalando la importancia de la visibilidad en la construcción de una ciencia descolonial e interseccional. La Educación Superior les brinda a estas mujeres la posibilidad de estar en un lugar distinto al espacio doméstico y privado para el cual habrían nacido, considerando todos los aspectos culturales que delimitan los roles desempeñados por hombres y mujeres en las comunidades indígenas, como remanentes de la colonialidad de género. A través de una investigación narrativa, entendida como el estudio de la experiencia, entrevistamos a académicas indígenas de carreras de pregrado de IFES, mostrando que estar en la universidad, en efecto, visibiliza a las mujeres indígenas, fortaleciendo no sólo la lucha por la igualdad de derechos entre hombres y mujeres, sino también la causa indígena y su lucha por el territorio.
PALABRAS CLAVE: colonialidad; académicas indígenas; Educación Superior; visibilidad.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo consiste num recorte da pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa

[1] Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Brasil. Orcid: 0000-0001-8438-2517.
[2] Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Brasil. Orcid: 0000-0001-7798-996X.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

de Pós-Graduação em Educação em Ciências (PPGEC), da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, que buscou tecer interlocuções com as experiências das mulheres indígenas da mesma universidade, discutindo seus processos de constituição enquanto mulheres indígenas universitárias. Tem por objetivo problematizar a presença das mulheres indígenas universidade federal do sul do Brasil, apontando a importância da visibilidade na construção de uma ciência decolonial e interseccional, tendo a universidade como principal aliada na ressignificação os espaços outros que vêm sendo ocupados por elas, para além dos domésticos das aldeias e comunidades indígenas.

Com efeito, o aspecto em comum nesses novos espaços que vem sendo ocupados pelas mulheres indígenas é a passagem pela universidade. O caminho da educação superior e da continuidade da carreira acadêmica, com muitas delas tornando-se mestras e doutoras vem destacando-se cada vez mais (Vandreza Amante[3], 2019).

De acordo com Rodrigo Simões (2019), a presença indígena no Ensino Superior brasileiro é crescente. Conforme o Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o número de estudantes indígenas universitários autodeclarados indígenas subiu 512%, entre 2010 e 2016, saltando cerca de 7 mil para mais de 44 mil.

Salienta-se a superioridade da presença feminina na academia nos últimos anos, sendo que de 2014 a 2018, foi a maioria entre o total de ingressantes indígenas, representando 52%. No ano de 2015, segundo dados do referido Censo, mais de 7 mil mulheres indígenas ingressaram em instituições de ensino superior, passando o número de indígenas ingressantes nos últimos anos de 2.780, em 2009, primeiro ano em que a variável cor/raça passou a ser contabilizada, para 17.269, em 2018, último ano contabilizado pelo levantamento realizado pelo INEP. Com efeito, o número de mulheres em 2018 cresceu 620% em relação a 2009 (Simões, 2019).

Considerando o local aonde esta pesquisa desenvolveu-se, até o final de 2020, época da produção dos dados, a FURG contava com 41 estudantes indígenas matriculados nos cursos de graduação, sendo 19 homens e 22 mulheres. Ao todo, 87 estudantes indígenas já passaram pela referida Universidade, sendo 41 homens e 46 mulheres, desde o primeiro Processo de Seleção específica para Estudantes Indígenas, ocorrido em 2009. No que diz respeito à pós-

[3] Por uma questão política, optamos por referenciar também o primeiro nome das/os autoras/es, quando o citado pela primeira vez no texto, com o propósito de dar visibilidade às mulheres referenciadas ao longo desta escrita, ainda que essa decisão esteja em desacordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

graduação, 27 alunos/as indígenas estiveram matriculados/as nos cursos de especialização, mestrado e doutorado da FURG, no período de 2010 a 2022: 17 homens – um na especialização, 11 no mestrado e quatro no doutorado – e dez mulheres – três na especialização, cinco no mestrado e duas no doutorado.

Do mesmo modo, quando analisada a presença de docentes indígenas no Ensino Superior brasileiro, Nanah Vieira (2023) apresenta alguns dados estatísticos. São 450 docentes indígenas em todo país, sendo a Região Nordeste a que conta com a maior quantidade, 151 docentes indígenas, 33,55% do total. Em seguida, aparece a Região Sudeste, com 33,11%, depois Norte, com 12,00%, Sul, com 11,33% e Centro-Oeste, com 10,22%. O maior número de docentes indígenas foi contabilizado nos estados da Bahia (68), de São Paulo (52), Minas Gerais (43), Rio de Janeiro (43) e Ceará (34). Foram registradas/os 248 docentes indígenas em universidades públicas e 32 em universidades privadas. Há 2 docentes indígenas em centros universitários públicos e 51 em centros universitários privados. Nas faculdades públicas há 6 docentes indígenas e nas privadas 79. Institutos Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica contam com 32 indígenas docentes em todo o país.

Considerando os aspectos metodológicos, este trabalho parte da investigação narrativa, que consiste no estudo da experiência, em como ela é vivida e contada, um fluxo caracterizado pela interação contínua do pensamento humano com o ambiente pessoal, social e material, conforme Dilma Mello, Shaun Murphy e Jean Clandinin (2016). Nas palavras de Jorge Larrosa (2011, p. 5), "a experiência é 'isso que me passa', não isso que passa", um acontecimento que não sou eu, que não depende de mim, que não é resultado de minhas palavras, nem de minhas ideias, nem sentimentos, nem projetos, nem intenções, algo que não depende nem do meu saber, nem de meu poder, nem de minha vontade. Quer dizer, "não há experiência, portanto, sem a aparição de alguém, ou de algo, ou de um isso... que é exterior a mim, estrangeiro a mim, estranho a mim, que está fora de mim mesmo, que não pertence ao meu lugar" (*Ibid*., p. 6). Tal constatação vai ao encontro do que acontece a partir da experiência vivenciada pelas participantes desta investigação, as mulheres indígenas universitárias.

O ambiente universitário por si só, na vida de qualquer estudante, indígena ou não, traz significativas mudanças em seu dia a dia, novas perspectivas, quanto mais para as mulheres indígenas universitárias. Com efeito, para além de um juízo de valor acerca do que a possibilidade de ir para a universidade pode representar à mulher indígena enquanto sujeita constituída dentro da aldeia – a vó que cuida dos/as netos/as, a mãe que também é artesã e que

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

precisa vir pra cidade vender seus produtos, com os/as filhos/as a tira colo, dentro da universidade, a acadêmica indígena depara-se com uma vivência universitária que é completamente diversa da sua, na comunidade, com conhecimentos, práticas, costumes diferentes, tendo que sujeitar-se aos padrões estabelecidos.

Dessa forma, levando em consideração que a investigação narrativa se dá "no meio do viver e do contar, do reviver e recontar histórias de experiências que compuseram as vidas das pessoas, em ambas as perspectivas: individual e social", e que a "investigação narrativa é uma forma de compreender a experiência", conforme assinalam Jean Clandinin e Michel Connelly (2015, p. 51), por meio das narrativas, é possível conhecer e compreender os atravessamentos que perpassam as mulheres indígenas universitárias. Por certo, são suas experiências em suas relações familiares, profissionais, sociais, entre outras, que constituirão estas novas sujeitas que elas irão se tornar.

Para tanto, utilizamos como instrumento para a produção dos dados a entrevista narrativa. Das 16 estudantes indígenas matriculadas nos cursos de graduação da IFES até o final do ano de 2020, nove entrevistas foram realizadas, sendo seis em 2020 e três em 2021, todas de forma *on-line*, por meio do aplicativo para videoconferência Google Meet, considerando que a investigação se deu em meio à pandemia da COVID-19. Destacamos que as entrevistas começaram após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, por meio do parecer nº 4.274.905, Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 34247320.6.0000.5324. Quanto às acadêmicas indígenas entrevistadas, apresentamos a caracterização[4] das cinco aqui evidenciadas, na ordem cronológica em que as entrevistas ocorreram.

Niara, que significa *mulher determinada*, ingressou no curso de Direito, em 2018, tem 23 anos, é solteira, sem filhos e é das etnias Kaingang e Guarani. *Moema*, que significa *aquela que adoça*, ingressou na em 2017, no curso de Direito, é da etnia Kaingang, tem 24 anos, é solteira e não tem filhos. *Ayra,* que significa *filha*, ingressou em 2019 no curso de Direito, é da etnia Guarani, tem 20 anos, é solteira e não tem filhos. *Maya*, que significa *mãe*, ingressou em 2016, no curso de Direito, é da etnia Guarani, tem 41 anos, mantém uma união estável e é mãe. *Aritana*, que significa *cacique de uma tribo*, ingressou na Universidade em 2018, no curso de Direito é da etnia Guarani, tem 38 anos, é solteira e é mãe.

[4] Atentando às questões éticas e ao direito à confidencialidade, são utilizados pseudônimos, os quais se referem a nomes femininos indígenas, brevemente, pesquisados em diversos sítios eletrônicos, no intuito de valorizar e homenagear a cultura das mulheres indígenas. Os nomes foram escolhidos, individualmente, e seus significados dizem muito sobre cada mulher indígena universitária que se dispôs a participar desta pesquisa.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

A partir disso, discutindo a presença das mulheres indígenas em espaços outros que não o doméstico, em especial, e apontando o espaço da academia e o papel que o Ensino Superior tem desempenhado, enquanto aliada na luta pela visibilidade da mulher indígena, sobretudo a partir das narrativas das mulheres indígenas da FURG, estruturamos este trabalho em cinco partes. Além desta introdução, apresentamos, primeiramente, as mulheres indígenas neste outro lugar, na universidade, e o ensino superior como um caminho para a visibilidade. Em seguida, destacamos a defesa da terra e o Direito numa rede de mulheres que se torna ainda maior. Num terceiro momento, discutimos a colonialidade do gênero invisibilizando as mulheres indígenas, bem como a necessidade de um olhar insteseccional e decolonial para torná-las visíveis. Por fim, apresentamos as considerações finais deste estudo.

AS MULHERES INDÍGENAS EM UM OUTRO LUGAR: NO ENSINO SUPERIOR – O CAMINHO PARA A VISIBILIDADE

As mulheres indígenas vêm ocupando muitas profissões, nas mais diversas áreas, por exemplo, na área da saúde, como médicas, enfermeiras, na área da educação, como professoras. Mesmo dentro das comunidades indígenas, trata-se de espaços outros que não o doméstico, no papel exclusivo de dona de casa, mãe, cozinheira, ainda que, como a maior parte das mulheres no mundo, que acumulam tais funções.

Fora das aldeias, algumas dessas mulheres indígenas alcançaram cargos políticos. Amante (2019) salienta que a representatividade das mulheres indígenas vem aumentando, com muitas antropólogas, advogadas, jornalistas atuando em órgãos indigenistas, além de militarem nos mais diversos movimentos indígenas e feministas. Ainda, as mulheres indígenas têm se destacado nas artes, como artistas plásticas, produtoras culturais, desenhistas, cantoras. Moema (2020), uma das mulheres indígenas universitárias entrevistadas nesta investigação ressalta que, hoje em dia, lugar de indígena é onde ele/ela quiser.

> A gente deve sim ocupar lugares, como a notícia que eu postei, de uma indígena lá de Rondônia, se eu não me engano, que participou do *The Voice Brasil*... virou uma cadeira pra ela. Não tem mais aquela limitação, que o indígena tem que ficar na mata, que nem dizem. O lugar do indígena e da indígena é aonde eles quiserem [...], o espaço que a gente conseguir e o que a gente vem conseguindo tem dado fruto pra outra geração, não só na nossa, mas pra outra geração, no futuro.

Dentre essas mulheres indígenas que vem se destacando está Joênia Wapichana, uma das principais lideranças femininas indígenas do Brasil, pioneira ao longo de sua trajetória,

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

atualmente, na presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), mas também tendo sido a primeira mulher indígena a exercer a advocacia no país e a primeira deputada federal indígena. Ao lado de Joênia atuam nomes como o da ministra dos Povos Indígenas Sonia Guajajara e da deputada federal Célia Xakriabá, ambas protagonistas na história das mulheres indígenas. Sonia é a primeira indígena a ocupar um ministério no governo federal, em uma pasta inédita, e Célia é a primeira deputada indígena eleita por Minas Gerais, que, ao assumir o mandato na Câmara, ressaltou "Mulherizar e indigenizar a política. Somos mulheres bioma, mulheres terra, água. Somos mulheres ancestrais" (Aline Gouveia, 2024).

Célia destaca-se ainda na ciência, enquanto pesquisadora. Autora da tese "Fortalecendo as epistemologias nativas por meio das vozes indígenas na universidade", ela pesquisa a partir das falas de estudantes indígenas, se os conhecimentos desses/as alunos são valorizados pelas instituições de ensino superior, ou se apenas seus corpos estão sendo acolhidos. A mulher indígena pesquisadora, cientista social, buscando ampliar o conceito de território, afirma que "território também é corpo, e o conhecimento é um corpo territorializado. Logo, pensar o corpo indígena na universidade é pensar um corpo de conhecimento", apontando as benzedeiras, as parteiras como as primeiras mulheres cientistas do território, afirmando que "só consigo produzir ciência com a cabeça se eu estiver com meus pés e meu corpo firmes no chão do território" (Larissa Costa *et al*, 2019).

Cabe ressaltar o que apresentam Costa *et al* (2019) acerca da importância desse papel de Célia, enquanto primeira doutoranda indígena na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ela entende que

> [...] ocupar esse lugar é trazer outra ciência para o tronco do debate epistemológico e reafirmar o compromisso redobrado de não ser a última doutoranda indígena, além de questionar por que, em pleno século 21, somente agora estão chegando as primeiras mulheres indígenas nas universidades.

Com efeito, segundo Talita Prudente (2021), sexismo, racismo, desigualdade e meritocracia são alguns dos tantos obstáculos enfrentados pelas mulheres negras, indígenas e quilombolas dentro da academia, algumas das mulheres marginalizadas neste país. A autora (2021) apresenta Mirna Anaquiri, originária dos povos Kambeba, do Amazonas, ingressou na Universidade Federal de Goiás (UFG) em 2009, através da primeira ação afirmativa para entrada de alunos indígenas na graduação da Universidade. Em 2016, a partir da reserva de vagas para povos originários na pós-graduação, ela seguiu a vida acadêmica no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, onde é doutoranda, atualmente.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

Com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) durante os dois anos de estudo, Mirna conseguiu terminar o mestrado, ressaltando a importância das cotas para o ingresso dos povos originários na universidade, enquanto uma reparação social, de fato, diante do contexto histórico brasileiro. No entanto, ela destaca a necessidade das políticas de permanência na pós-graduação, "urgentes para que as mulheres indígenas possam iniciar e finalizar suas pesquisas científicas, como bolsas e acesso à Casa do Estudante" (Prudente, 2021).

Ainda, é interessante apresentar aqui, conforme Prudente (2021), a reflexão proposta pela doutoranda acerca da representatividade feminina indígena nos referenciais teóricos da ciência produzida nas academias:

> [...] sempre que eu pego um plano de aula, meus olhos vão diretamente nos referenciais, eu fico curiosa para saber a partir de quais autores e autoras as professoras e professores querem dialogar e infelizmente não tenho encontrado essas referências dos povos originários', relata ao contar que espera ansiosa por aulas com professoras indígenas e incentivos para cientistas indígenas nos concursos federais. 'A gente tem se organizado, estudado, pesquisado, escrito, publicado dissertações… o nosso conhecimento também constrói a ciência, também constrói a universidade.

Nesse sentido, destaca-se a fala de Sonia Guajajara, acerca do lançamento da plataforma *Reflorestarmentes*, em 2021, durante a Segunda Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília, espaço concebido para conectar projetos comunitários inovadores de conservação ambiental e compartilhar com o mundo os conhecimentos e a sabedoria das mulheres indígenas. A ideia é organizar e compartilhar conhecimentos ancestrais e milenares indígenas, oferecendo à humanidade um projeto abrangente para o futuro, que permita a continuidade da vida no planeta de um modo mais equilibrado e igualitário (Andréa Martinelli, 2023).

> Não somos as donas da verdade, mas, durante o tempo que vivemos neste planeta, nós – e os nossos antepassados – aperfeiçoamos saberes e tecnologias hoje se tornaram mais necessários do que nunca. Temos de promover um modo de vida que harmonize a existência humana e a continuidade plena e vigorosa dos nossos biomas. E as mulheres indígenas sabem como fazer isso, pois somos as cientistas ancestrais da vida neste planeta. E estamos dispostas a partilhar os nossos conhecimentos para que todos tenham uma chance de viver agora e no futuro (Martinelli, 2023).

Esses novos espaços que vem sendo ocupados pelas mulheres indígenas tem em comum, conforme mencionado anteriormente, a universidade, o Ensino Superior. A carreira acadêmica, com muitas mulheres indígenas tornando-se mestras e doutoras, vem destacando-

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

se cada vez mais, evidenciando a presença feminina indígena na academia, na pesquisa, na ciência.

Ressalta-se, assim, a primeira mulher indígena doutora do Brasil, Graça Graúna, potiguara, nascida em 1948, em São José do Campestre/RN, escritora, poeta, crítica literária, professora universitária e acadêmica. Segundo Nanah Vieira (2023), Graça é formada em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), aonde é docente, atualmente, lecionando Literatura Brasileira, Literatura Portuguesa e Teoria Literária e coordenando o Grupo de Estudos Comparados em Literaturas de Língua Portuguesa (GRUPEC-UPE).

Dessa forma, lançando-se no mundo acadêmico, a primeira indígena doutora brasileira, que possui vasta produção em livros, jornais e revistas e é referência em seu campo de estudos, foi "abrindo os caminhos para que outras pudessem ser e viver indígenas, afirmando suas identidades e cosmovisões originárias na (re)construção de projetos diversos e legítimos dentro da nação", conforme Vieira (2023, p. 111). Graça vem abrindo espaço em um meio em que jamais mulheres indígenas estiveram com a palavra, formulando conhecimento sobre e para a nação branca, masculina e burguesa (Vieira, 2023).

Augusto Santos (2015) apresenta algumas possibilidades justificam a academia como este novo lugar possível aos/as indígenas, de forma geral. Além da questão das cotas ou das vagas suplementares oferecidas por diversas universidades, dentre as quais a FURG, por meio de processo seletivo específico para indígenas, a busca pelo Ensino Superior para indígenas também foi impulsionada pela conquista do direito das populações indígenas a uma educação escolar diferenciada, garantida pela Constituição Federal de 1988, ou seja, longe daquelas experiências voltadas ao processo de civilização e assimilação[5] indígenas à sociedade brasileira que se formava, as quais foram se perpetuando ao longo do tempo.

Quer dizer, a partir daí, o modelo educacional colonizador passou a ser questionado, em favor de uma escola que pudesse dar conta das especificidades socioculturais e da autonomia dos povos indígenas, quando escolas indígenas bilíngues e interculturais de fato se concretizaram. Esse avanço no processo de escolarização nos níveis básicos culminou num aumento do número de estudantes indígenas que desejavam continuar seus estudos (Santos, 2015).

Nesse sentido, segundo Santos (2015), da mesma forma que as Licenciaturas Interculturais, demanda que vai ao encontro da criação dessas escolas indígenas, engajando as

[5] Assimilação de culturas periféricas pela cultura dominante.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

primeiras gerações de professores/as indígenas na luta por uma educação escolar bilíngue e diferenciada, o Ensino Superior, como um todo, contribui para a formação de novas lideranças indígenas, as quais assumirão também a luta democrática não só pelo direito à educação, mas pelos direitos territoriais. Há, por certo, segundo Maria Bergamaschi e Andreia Kurroschi (2013), um impacto das ações governamentais no crescimento do acesso indígena ao ensino superior, mas destaca-se a atuação dos movimentos indígenas que elegeram o ensino superior, dentre outros, como um espaço de afirmação, de modo que a universidade configura como uma aliada nessa afirmação.

Conforme ratifica Antonella Tassinari (2016, p. 7),

> Em parte decorrente das próprias iniciativas de indígenas em busca do ensino superior, em parte fruto de políticas recentes de formação de professores indígenas em nível superior (editais do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas – PROLIND) e de inclusão de indígenas nas universidades (iniciativas de ações afirmativas), o contingente de estudantes indígenas nas universidades cresceu consideravelmente no país, assim como vem se ampliando o número de pesquisadores, mestres e doutores indígenas, alguns ocupando cargos de docência em universidades.

Santos (2015) evidencia outro aspecto que favorece a busca pelo Ensino Superior: o fato de os/as acadêmicos/as indígenas contarem com toda uma geração de pioneiros/as neste engajamento no mundo não indígena da universidade. A atuação e trajetórias de vida dos/as estudantes indígenas que vieram antes configura como suporte emocional aos/às novos/as, como podemos perceber na narrativa de uma das acadêmicas indígenas entrevistadas da FURG.

> Como eu tenho família dentro da universidade, eu me sinto mais confortável, sabe, se estou com problemas, eu vou ali falar com eles e eles me ajudam a resolver. Eu acho que pra quem não tem família aqui dentro é meio difícil, fica segurando aquela barra, porque se falar pra mãe, que vive lá na aldeia, ela não vai saber o que fazer, sabe, ela vai falar "volta pra casa". É assim que eu penso, família aqui foi fundamental. A Aritana, que tá aqui também, quando ela entrou, não tinha ninguém, ela deixou os filhos dela, sabe, foi difícil pra ela encarar. Depois, quando a minha mãe e as irmãs dela começaram a entrar, ela começou a se sentir mais conformada, segura (Ayra, 2020).

Clarissa Melo e Eunice Antunes (2016) destacam quão valoroso é para estudantes indígenas estar em meio à família na universidade, enquanto grupo, não apenas individualmente. Na FURG, os/as estudantes indígenas, que, em sua grande maioria, são parentes – tios/as, sobrinhos/as, primos/as, irmãos/ãs, vêm de uma mesma região distante e, ao retornarem às suas aldeias, trazem consigo a ideia de que é possível conquistar condições

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

mais favoráveis de vida para si, sua família, sua comunidade, servindo de exemplo aos/às futuros/as universitários/as indígenas. É o que uma das mulheres indígenas universitárias entrevistadas ao longo desta investigação relata: "é um grande caminho, não só para gente que está agora, mas para as que vão vir, que vão ver esse trabalho que a gente fez e vão continuar. E isso vai ser melhor para os outros que vão vir, para garantir essas vagas e garantir que as pessoas permaneçam nessas vagas" (Moema, 2020).

Com efeito, são exemplos de uma trajetória pioneira mostrando que é possível conquistar o mundo não indígena da academia. As mulheres indígenas que estão na universidade, assim como as que já se formaram, tornam-se exemplos para as demais mulheres indígenas de sua família, de sua comunidade.

> É uma conquista, é emocionante pra mulher indígena, porque ela é muito de dentro de casa, né, dentro da aldeia, e vendo elas hoje na universidade, buscando outros objetivos, não o de ficar no fogão cozinhando pro homem, sabe, vejo a minha mãe... ela sofreu bastante na vida dela, com o meu irmão, comigo e depois de anos de ter nós, entrou na universidade e agora tá estudando, sabe. Eu fico muito feliz por ela tá conquistando isso porque ela nunca imaginou, nunca imaginou estar numa universidade de direito, que é uma coisa que ela sempre quis, e sendo exemplo para as outras, pra mim. A Inaiê também foi exemplo pra mim, a Moara, e é muito legal isso, e ainda mais agora que a gente tá se unindo mais, as mulheres indígenas na FURG, pra nós ter mais força, nós mulheres mesmo (Ayra, 2020).[6]

Nesse sentido, algumas narrativas associam a educação superior, estar na universidade, as cotas, as ações afirmativas à visibilidade da mulher indígena, ratificando aquela questão motivacional para com as mulheres indígenas que permanecem nas aldeias. Vê-se o espaço doméstico privado ficando para traz, com a mulher indígena, até então a ele restrita, ganhando mais espaço, ganhando espaços outros na esfera pública.

> Nós, vendo as mulheres entrando e ganhando força junto é legal porque aí essa mulher indígena passa a influenciar as outras na aldeia, sabe, e é uma grande influência para as mulheres indígenas da aldeia. Elas vendo a gente estudando e buscando nossos objetivos... elas veem e querem ser assim, por que é muito ruim ficar só sendo mãe, mulher ali, sabe, uma grande responsabilidade, deixando de viver o sonho delas, de ser uma enfermeira, de ter um diploma, um estudo, eu acho que agora a maioria pensa assim, sabe, não quer mais viver daquele jeito (Ayra, 2020).

[6] A estudante indígena entrevistada menciona em sua narrativa as mulheres indígenas pioneiras da FURG. Ambas concluíram seus cursos no segundo semestre de 2016. Inaiê foi a primeira estudante indígena a colar grau na FURG, ainda em 2016, no curso de Psicologia. Ingressou na Universidade via Processo Seletivo Específico de 2012. Moara foi a primeira estudante indígena a ingressar na FURG, por meio do Processo Seletivo Específico de 2010. Colou grau no início do primeiro semestre de 2017, no curso de Enfermagem, no ano de 2017.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

Ainda assim, destaca-se que o confronto entre a igualdade de direitos entre homes e mulheres e os aspectos culturais dos povos indígenas sai da aldeia e chega até a academia, conforme podemos perceber a partir das vivências narradas pelas mulheres indígenas universitárias da FURG, as quais, para ganharem voz dentro da Universidade, frente aos homens indígenas universitários, sobretudo, criaram o Coletivo de Mulheres Indígenas Xondarias. Formado apenas pelas mulheres indígenas da FURG, em meio aos desmandes dos homens universitário indígenas, que insistiam em silenciá-las, o Coletivo surge exatamente da necessidade da voz feminina indígena ser ouvida e não apenas a do homem indígena. Trata-se de um preconceito contra a mulher indígena que vem do próprio homem indígena, conforme destaca uma das acadêmicas indígenas entrevistadas: "a gente resolveu fazer o Coletivo devido aos grandes ataques que a gente tava tendo dentro da Universidade, nem tanto pelos homens em geral, mas pelos próprios homens indígenas que estavam na Universidade, que conviviam com a gente" (Niara, 2020).

> Na aldeia, tem indígena ainda que diz que mulher tem que ficar no canto dela quando homem tiver falando do assunto dele. Tem muito homem que pensa ainda que mulher é pra fogão, limpar a casa, isso é uma coisa que é difícil de tirar. E aqui na universidade também, a gente trouxe os homens pra universidade e a universidade não acabou com isso neles (Aritana, 2020).

Célia Faustino, Simone Novak e Vanessa Lança (2010) destacam que a realidade das mulheres indígenas dentro das aldeias reflete uma dupla exclusão, uma dupla invisibilidade: de etnia e de gênero, tanto para com as sociedades dominantes quanto para as comunidades em que vivem, e estar na Universidade representa a possibilidade de tornarem-se visíveis. Entretanto, diante das narrativas das mulheres indígenas universitárias da FURG, essa dupla exclusão, dupla invisibilidade reflete-se nos espaços acadêmicos, tornando mais árdua a luta dessas mulheres, seja por direitos iguais entre indígenas e não indígenas, entre homens indígenas e mulheres indígenas e pela causa indígena, seu povo, seu território.

Nesse sentido, a seguir, apresentamos a ligação de algumas mulheres indígenas universitárias da FURG entrevistadas nesta investigação e sua relação com o curso de Direito, enquanto um instrumento para as suas lutas.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

É interessante abordar aqui, evidenciando a educação superior como este novo espaço cada vez mais ocupado pelas mulheres indígenas universitárias, um dado significativo produzido pela pesquisa: o fato de todas as acadêmicas indígenas do curso de Direito terem sido entrevistadas, retornando aos convites para as entrevistas. Isso nos possibilita vislumbrar, de certa forma, uma outra e significativa dimensão deste conflito que interpela as mulheres indígenas universitárias, do que pode significar estar na universidade para elas, para além das questões de igualdade de gênero.

Está-se diante de um movimento de mulheres indígenas que fortalece a causa indígena geral, a partir de uma luta que é única, centralizada na garantia de seus territórios tradicionais, dos quais a sobrevivência desses povos depende, assim como o direito à saúde e educação diferenciadas, garantidos constitucionalmente. E uma forma de alcançar essa proteção aos territórios e às garantias que a Constituição prevê aos povos originários é por meio do curso de Direito.

Segundo Matheus Rocha (2022), há hoje uma geração de indígenas que encontrou no Direito uma forma de defender as garantias que a Constituição prevê aos povos originários. Isso não se restringe a presença física em sala de aula. Com frequência, estudantes indígenas do curso de Direito, em especial, as mulheres indígenas universitárias da FURG, não vão às aulas para participar de ações contra a presença de posseiros nos territórios de seu povo.

A defesa do direito da população indígena não é feita mais com o arco e com a flecha, de modo que se torna imprescindível aos povos indígenas apoderarem-se do ordenamento jurídico, frente a um Estado, que até pouco tempo atrás, sob os desmandes de um Governo Federal excludente, fechava os olhos quando se tratava de direitos indígenas. Mais que isso, trabalhava contra, travando a regularização das terras indígenas, grande pauta da luta indígena, cumprindo, conforme prometido durante a campanha presidencial de 2018, em que o então candidato à Presidência da República dizia que não haveria mais demarcação desses territórios no que dependesse dele (Rocha, 2022).

Promessa cumprida que se constituiu como um inédito entre os presidentes pós-redemocratização, visto que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, além de reconhecer os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam os povos indígenas, atribuiu à União competência para demarcá-las. Com efeito, durante esse Governo,

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

o então Presidente do Brasil não homologou nenhuma terra indígena desde sua posse (Rocha, 2022).

Nesse viés, é importante mencionar a da tese do marco temporal, defendida na época desse último Governo, cuja aplicação implicaria que os povos indígenas só pudessem reivindicar o direito aos territórios que ocupavam até o dia 5 de outubro de 1988, data em que foi promulgada a atual Constituição brasileira. Isso acarretaria um vácuo regulamentar, resultando em insegurança jurídica, visto que os/as indígenas que foram expulsos de seus territórios antes desse período, ficariam sem a possibilidade de reavê-los, além de inúmeros entraves ao andamento dos processos de demarcação em curso.

A luta pela terra configura-se como a principal das lutas e jovens indígenas entrarem nas universidades foi um desejo das lideranças mais velhas, para que pudessem atuar nessa luta que é histórica, na defesa dos territórios indígenas e dos povos isolados, alvo constante da atuação de missionários, que entram nas comunidades para tentar convertê-las. Por certo, a Constituição, o domínio da língua e do pensamento não indígena têm sido suas espadas têm sido para a defesa dos interesses indígenas, os quais, inclusive, estão estabelecidos no texto constitucional, de modo que, com efeito, o Direito tem sido a última trincheira de defesa para a existência dos povos indígenas no Brasil (Rocha, 2022).

O curso de Direito é evidenciado por uma das mulheres indígenas entrevistadas nesta investigação, como um instrumento que tem lhe fortalecido e permitido que ela passe adiante essa força. Ela relata que todo o conhecimento que adquiriu lhe permitiu reivindicar outro tipo de tratamento, no caso de violência doméstica que vivenciou durante a pandemia, em seu retorno para a aldeia, que não o de ser presa juntamente com o companheiro agressor, situação comum no sistema prisional próprio das comunidades indígenas, como pude perceber em outras narrativas.

> Eu falei, 'vocês podem até me prender, mas eu não vou ficar pra sempre aqui e um dia eu vou sair e procurar os meus direitos, agora eu sei o caminho, eu vou procurar os meus direitos e ninguém mais vai fazer isso comigo'. E aí eu não fui presa. Se fosse na época em que eu morava na aldeia... se eu não soubesse que tinha Ministério Público, direitos humanos, direito à vida acima de qualquer coisa, eu teria ficado na cadeia. Mas eu tenho um conhecimento, já participei de várias coisas, de reuniões do Ministério Público com os indígenas, então, eu já peguei uma bagagem, assim, sabe, e consegui enfrentar eles. Eu sempre digo que a FURG me fortaleceu, né, o curso de graduação me fortaleceu e hoje eu posso tá levando porque coisas boas a gente não pode ficar só pra gente, né. Eu tenho força e passei isso para muitas gurias (Aritana, 2020).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

É importante destacar que as lutas indígenas existem em decorrência dos efeitos do projeto colonizador, que, de fato, reduziram os povos indígenas a seres inferiores, irracionais, selvagens, o que se reflete hoje no desrespeito, preconceito, discriminação, violência, cerceando-os muitas vezes de seus direitos garantidos, constitucionalmente. Com efeito, a colonialidade vem mantendo viva a hegemonia colonizadora não indígena de seus saberes, modos de vida, crenças e culturas, perpetuando-se por diferentes domínios, dentre os quais o gênero, considerando a invisibilidade da mulher indígena.

Essas experiências de preconceito e discriminação pelas quais passaram e passam os/as estudantes indígenas da FURG, evidenciadas tanto em Karina Molina (2018), como na pesquisa de doutorado da qual parte este artigo, Molina (2022), bem como os discursos e práticas exclusivas remanescentes direcionadas aos povos indígenas pelo último Governo Federal, são resquícios da dominação colonial ainda nos dias de hoje. A negação, a exclusão, a eliminação de tudo aquilo que é diferente refletem práticas coloniais de dominação que permanecem vivas nas relações sociais, impondo saberes, culturas, crenças, por meio de discursos, práticas e atitudes que buscam manter a hegemonia de uma nação colonizadora branca sobre a diferença colonial invisibilizada e excluída não-branca.

Assim, a seguir, evidenciando a trajetória da invisibilidade das mulheres indígenas, seja em suas aldeias, suas comunidades, seja neste espaço outro que vem sendo por elas ocupados, a universidade, apresentamos uma discussão sobre essa colonialidade que se perpetua por diferentes domínios, dentre os quais o gênero, visto que a inexistência da mulher vai além de uma identidade não branca inferiorizada e silenciada – o homem sempre foi o sujeito da História. Sua total invisibilidade é explicada pela colonialidade de gênero, que legitima a produção do masculino e do feminino nos corpos, a partir do corpo, da mente, da intimidade, do modo de ser normal, branco e, assim, exclui.

A COLONIALIDADE DO GÊNERO INVISIBILIZANDO AS MULHERES INDÍGENAS

O colonialismo, que vem do termo ‘colônia’, ou seja, terras novas para o cultivo, refere-se a práticas dirigidas ao estabelecimento e à manutenção de um império, de modo que as colônias ficavam sobre o domínio de um Estado. Quer dizer, o colonialismo conseguiu ocupar espaços penetrando-se pela cultura, civilizando o resto do mundo, pois o colonizador é que era civilizado, o dono de uma história, com aval, portanto, para colonizar os territórios dos

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

incivilizados, seres inferiores, que não possuíam história, tampouco cultura, os não humanos. Assim, o colonialismo foi um movimento de dominação, não é apenas territorial, mas cultural também, com as estruturas coloniais mantidas pela força, por certo, e ao mesmo tempo por intermédio de outras operações visavam formar mentalidades coloniais de inferioridade, de submissão, de subalternidade (Josimere Gonçalves; Joyce Ribeiro, 2018).

Gonçalves e Ribeiro (2018, p. 4) entendem que essa dominação vai permanecer viva nas relações sociais, só com uma nova roupagem: a colonialidade, assim, é mais duradoura, "mantém-se viva no saber, na cultura, no senso comum, na autoimagem, no cotidiano, no comportamento, nas crenças, nas formas de relação do trabalho, nas formas de pensar", discursos, práticas e atitudes, tendo como objetivo a subalternização dos povos colonizados e a permanência da hegemonia da nação colonizadora.

Cabe trazer aqui a narrativa de uma das mulheres indígenas universitárias entrevistadas nesta pesquisa, que retrata essa tentativa de dominação duradoura, que permanece viva nas relações sociais, ao refletir sobre a luta diária indígena. No contexto universitário, com a questão da Bolsa Permanência, e de forma mais ampla, com a demarcação dos territórios, os povos indígenas estão sempre em luta, uma luta para resistir e para existir, por um passado apagado e por um futuro, uma vez que a hegemonia colonizadora permanece, agravada por um Estado, cujos discursos e ações exclusivas são claros, no que diz respeito à população indígena.

> Não basta eu estar na universidade, é preciso garantir a entrada dos outros e isso é um pensamento geral que a gente tem, porque no momento que a gente se acomoda, eles acham que tá bom e eles vão tirando aos poucos. Então, a gente sempre tá numa constante luta, é todo dia, a bolsa permanência é uma luta todo ano, sabe, pra garantir essa Bolsa Permanência porque se a gente não resistir, é uma coisa que eles tiram da gente. É a mesma coisa, por exemplo, se tu for olhar no parâmetro geral dos indígenas, a questão do território, é uma briga que não termina, sempre vai ter uma disputa de terra. E uma disputa de terra é uma coisa que se a gente não lutar, perde, e eu acho que a gente já perdeu muito ao longo do tempo e se a gente não lutar, vai perder mais ainda, vai chegar no ponto que não vai existir indígena, se a gente não continuar lutando. O Brasil era de indígena e olha só o que sobrou, então, tipo a gente é uma resistência de muitas ancestralidades, então, é nossa obrigação representar eles e continuar lutando pra garantir esses direitos pra nós e pros próximos que vão vir (Niara, 2020).

A colonialidade se faz presente em três bases principais: poder, saber e ser. A colonialidade do poder é aquela que se expressa no domínio político, territorial e no controle do trabalho, seus recursos e produtos, em torno do capital e do mercado mundial. A colonialidade do saber relaciona-se à questão epistemológica, à produção do conhecimento

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

elaborado pelas ciências, em que há a apropriação cultural ou a ocultação de determinada cultura, para a imposição de um conhecimento universalizante, no caso o ocidental, que vai inferiorizar aqueles provenientes dos saberes, conhecimentos, filosofias e pensamentos não-europeus. E a colonialidade do ser é a que trata da experiência da colonização e seu impacto não somente no imaginário, mas na própria experiência cotidiana, num processo de desumanização, que determina que os nativos não seriam humanos, mas irracionais, sem capacidades cognitivas, violentos, rudes, sem ciência, sem cultura, sem controle da sexualidade (Gonçalves; Ribeiro, 2018).

Maylana Santos, Clarice Santos e Joyce Ribeiro (2019) apresentam a racialização, mecanismo de inferiorização dos povos colonizados e suas culturas, costumes, conhecimentos, línguas, religião, permitindo, assim, o domínio, o controle e a subordinação, em relações verticalizadas e naturalizadas como verdades universais e incontestáveis. Tem-se, dessa forma, um sistema moderno/colonial, com um lado hegemônico, branco, e outro da diferença colonial, com os/as invisibilizados/as, os/as excluídos/as, dos/as não-brancos/as. Ochy Curiel (2018) destaca a visão eurocêntrica, a modernidade ocidental assumida como emancipação, utopia, mito que definiu a superioridade dos europeus sobre os outros, considerados bárbaros, quem os/as colonizadores/as tinham que desenvolver, "mesmo se necessárias guerra e violência, vistos como culpados de sua própria vitimização" (Curiel, 2018, p. 38).

Foi um período que assistiu a uma série de transformações sociais e culturais. Segundo Oyèrónké Oyēwùmí (2020), gênero e categorias raciais constituíram-se como dois eixos fundamentais ao longo dos tempos, a partir dos quais as pessoas foram exploradas, e sociedades, estratificadas, de modo que a expansão da Europa e o estabelecimento de hegemonia cultural euro-americana em todo o mundo, característica da era moderna, tem consideráveis reflexos na produção de conhecimento sobre o comportamento humano, história, sociedades e culturas. "Como resultado, os interesses, preocupações, predileções, neuroses, preconceitos, instituições sociais e categorias sociais de euro-americanos têm dominado a escrita da história humana. Um dos efeitos desse eurocentrismo é a racialização do conhecimento", representando a Europa a fonte do conhecimento e os europeus os conhecedores (Oyēwùmí, 2020, p. 1).

Nesse viés, os povos nativos do sul foram negativamente representados – "inferiores, selvagens, incultos, irracionais, indolentes, rudes, sem capacidade cognitiva, violentos, brutos, sem modos, sem controle da sexualidade, enfim, não-humanos", nas palavras de Santos,

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

Santos e Ribeiro (2019, p. 297) – e seus saberes ignorados. A Europa, por sua vez, considerada a civilização padrão, de modo que sua missão consistia em civilizar aqueles povos, conhecidos, então, como de terceira classe ou subdesenvolvidos.

Outra mulher indígena universitária da FURG traz em sua narrativa o impacto da experiência da colonização não somente no imaginário das pessoas de forma geral, mas na própria vivência cotidiana. Num processo de inferiorização da população indígena, o preconceito e a discriminação são as bases dessas relações verticalizadas e naturalizadas como verdades universais e incontestáveis de um sistema moderno/colonial, com um lado branco, civilizado e de outro os/as indígenas, selvagens, sem modos, incivilizados. Vê-se ainda outro elemento dessa colonialidade, mantendo viva a dominação da nação hegemônica que acha que é de um jeito, então, deve ser, a roupa, a comida, toda uma cultura que foi apropriada pelo colonizador/a e que ainda reverbera nas práticas e nas relações do dia a dia entre indígenas e não indígenas.

> Na cidade vizinha que tem lá do lado da reserva, tem 2.000 habitantes ou até menos, se eu não me engano, tu é visto, assim, como se tu fosse um animal, entende, tipo, que você não tem direito, que você tá ali, que você deve vestir a roupa que de acordo com que você é. Não é só porque você não é indígena, no caso, que tu vai ter que achar o que devo usar ou achar o que devo comer, de errado, né. Eu me lembro até hoje disso, eu tava no mercado, eu e minha mãe, aí ela pegou, tipo, a gente fez uma compra pra leva pra casa, no caso, e me lembro até hoje que eu comprei um pacote de presunto e feijão. Aí a guria pegou e me olhou, assim, do caixa e disse 'ai, vocês comem isso ai?' Fiquei olhando pra ela assim e disse 'tá, e por que eu não deveria comer?' 'Ah, é que a gente achou que vocês só comiam comida assim, assim'. Daí, eu peguei, olhei pra ela e disse assim, 'tá, só por que a gente é indígena, no caso, a gente tem que comer as comidas que vocês acham que a gente tem que comer?' E daí, ela pegou e me pediu desculpa, porque ela viu que eu não gostei, então, tipo, esse negócio, assim, de tu ser indígena, tu tem que comer folha mato e mandioca que nem dizem, então, vem desde lá do começo, sabe (Moema, 2020).

Seguindo a trilha delineada pelo giro decolonial – momento entendido quando a América Latina, segundo Gonçalves e Ribeiro (2018), passou a ser vista como um lócus de discussões em torno das relações de poder experimentadas a partir da conquista das Américas – destaca-se a teorização decolonial de María Lugones, que busca produzir a História, a partir da visão do colonizado e não mais do colonizador. Essa filósofa argentina, conforme destacam Santos, Santos e Ribeiro (2019, p. 297), busca "desconstruir a colonialidade do poder, ainda presente nas relações sócio culturais, no atual mapa do sistema-mundo moderno/colonial, marcadas pela hierarquização racializada dos humanos", a qual parte do "homem branco, naturalmente racional; a mulher branca, reprodutora da dominação colonial; e os não-brancos, negros, índios e mestiços, os bestializados", o que agudiza, sobremaneira, a

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

"exclusão de gênero, ao não representar as mulheres indígenas, negras, mestiças, por considerar que estas não podem ser representadas na categoria universal "mulher", nem nas categorias índio e negro" (*Ibid*., 2019, p. 297). Dessa forma, segundo Gonçalves e Ribeiro (2018), Lugones, refletindo sobre raça e gênero, apresenta um quarto pilar de dominação, o qual denominou de colonialidade de gênero.

Assim, considerando a perspectiva dos processos de subjetivação, de acordo com Santos, Santos e Ribeiro (2019), a colonialidade do ser constitui identidades e subjetividades subalternas, inferiorizadas e silenciadas, na tentativa de garantir a hegemonia imperial. Dessa colonialidade do ser, então, origina-se a colonialidade de gênero, enquanto estratégia utilizada para legitimar a dominação e o controle colonial, no que diz respeito à produção do masculino e do feminino nos corpos, nas mentes, na intimidade, nos modos de ser, sentir, nas vivências cotidianas, de modo a constituir identidades e subjetividades adequadas aos gêneros e sexualidades europeus, supostamente normais. Gonçalves e Ribeiro (2018) destacam que a diferença colonial, em seus aspectos materiais, econômicos, políticos e culturais, principalmente nos aspectos relativos à colonialidade do ser, baseavam-se em conceitos eurocêntricos e heteronormativos sobre gênero, em uma perspectiva biológica.

Conforme Curiel (2018, p. 39), havia uma "noção de sexo hiper-biologizado", em que o "gênero a que se refere tem a ver com um tipo de relacionamento humano reservado ao homem branco europeu possuidor de direitos e a sua companheira, que serve ao propósito de sua reprodução como espécie". Para Lugones, a diferenciação aplicada aos povos colonizados e escravizados "dá conta da capacidade reprodutiva e da sexualidade animal", já que para a feminista decolonial, "as fêmeas escravizadas não eram mulheres", sendo o gênero uma categoria moderna e colonial.". Com efeito, "as fêmeas e os machos colonizados não eram nem mulheres nem homens, nem eram considerados humanos" (*Ibid*., p. 39).

Segundo Paula Sampaio (2020, p. 16), a História sempre teve o homem como sujeito universal, silenciando e/ou excluindo as mulheres dessa narrativa. Com o passar do tempo, muitos estudos sobre mulheres foram surgindo, questionando as balizas tanto da História quanto do campo história das mulheres, voltadas às "dicotomias herói/heroína versus vítima, espaço público versus espaço privado e natureza versus cultura; à hierarquia de sexo; ao essencialismo e universalismo contido nos termos: homem, mulher, classe, raça, sexo, etc.", chegando-se aos Estudos de Gênero, que problematizam a construção social, cultural e histórica do gênero. Dessa forma, "hoje, os campos de estudos 'história das mulheres' e 'estudos de gênero', cujas fronteiras são fluídas, constroem suas histórias e as das relações de

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

gênero". No entanto, ainda assim, "estes dois campos não contemplam as diversas formas de fazerem-se mulheres", elegendo "sujeitos femininos prioritários para reflexão histórica", de forma que, "no ordenamento hierárquico destes sujeitos, as mulheres indígenas estão em último lugar" (*Ibid*., p. 16).

Daí a importância da questão da interseccionalidade, cujo principal entendimento diz que "em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes", sobrepondo-se e funcionando de forma unificada, ainda que, "apesar de invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetem todos os aspectos do convívio social" (Patrícia Collins; Sirma Bilge, 2020, p. 17).

Ou seja, a invisibilidade dessas mulheres é tamanha que as mais de 300 etnias indígenas brasileiras se resumem a uma, na defesa de que o feminismo, com efeito, tem diversas faces: mulheres brancas, negras, indígenas – mulheres indígenas Kaingangs e Guaranis (etnias regionais, origem das sujeitas desta pesquisa), Pankará e Fulni-ô (outras etnias presentes na FURG, em 2017). Certamente, as demandas das irmãs, por exemplo, dos estudantes indígenas da Universidade, Pankará, de Pernambuco, e Fulni-ô, da Bahia, não são as mesmas que as de suas colegas gaúchas Kaingangs e Guaranis.

Natividad Chong (2020, tradução nossa) argumenta que o racismo, em que pese já ser uma forma de violência que se desdobra em danos físicos e estruturais, além de ameaça simbólica, gera mais sofrimento entre as mulheres e, mais ainda, entre as mulheres jovens. Também destaca Chong (2019) o gênero e sua ligação a outras divisões sociais, cuja interação produz diferentes desigualdades e múltiplas formas de discriminação.

Nesse sentido, racismo e gênero, por exemplo, não podem ser estudados isoladamente, de modo que a sexualidade, características físicas e biológicas que dividem os seres humanos, o gênero, no âmbito social, a raça, a etnia, encontram-se todos interligados. Daí a interseccionalidade para explicar tal correlação, que evidencia as múltiplas barreiras encontradas por uma mulher pertencente a um grupo minoritário, pois, conforme Chong (2019; 2020, tradução nossa), um homem de cor enfrenta o colonialismo e o racismo, mas a mulher, além desses, enfrenta também o patriarcado, por exemplo, tendo que lidar não apenas com uma, mas com várias formas de opressão.

A noção de interseccionalidade, cunhada pela teoria feminista, configura como um conceito potente não apenas enquanto uma ferramenta teórica, mas também como um dispositivo a ser implementado por políticas públicas que buscam construir o reconhecimento

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

do outro, pois inclui a denúncia da opressão e da subordinação, bem como o apelo aos governos para que adotem práticas de construção da dignidade da mulher e seu empoderamento (*Ibid*., 2019; 2020, tradução nossa). Com efeito, uma abordagem interseccional na análise do empoderamento de mulheres marginalizadas busca capturar as consequências da interação entre as formas de subordinação e/ou opressão a que estão expostas, refletindo como o racismo, o patriarcado, o gênero, a opressão de classe, dentre outros sistemas discriminatórios, criam desigualdades que estruturam as posições relativas das mulheres (*Ibid*., 2020).

Collins e Bilge (2020, p. 19) bem argumentam que "o uso de lentes monofocais para abordar a desigualdade social deixou pouco espaço para os complexos problemas sociais que elas enfrentam", como é o caso da violência doméstica, demanda fortemente destacada nesta pesquisa, que em razão da especificidade que a circunda, em especial, as questões culturais e de organização social das comunidades indígenas, tendem a permanecer relegadas dentro dos movimentos amplos. "A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana" (*Ibid*., p. 16-17).

De acordo com Chong (2019; 2020, tradução nossa), a interseccionalidade refere-se às múltiplas divisões sociais que são construídas, sendo estas quatro divisões as que fortalecem o conceito: gênero, classe, raça, etnia. Para evitar essencialismos, é preciso atentar para cada divisão social, a especificidade de cada uma, as dimensões que alcançam, ampliando o entendimento sobre as causas da subordinação.

Segundo a referida autora (2019, p. 429, tradução nossa), "as estudiosas da interseccionalidade rejeitam o simplismo de agregar, de aderir vetores a qualquer modelo: mulheres indígenas, pobres, lésbicas, deficientes, jovens", pois não se trata de encontrar múltiplas identidades dentro de uma, tampouco reduzir uma categoria a outra, sob pena, exatamente, de essencializar as identidades, naturalizando as divisões sociais. Estas vão estar também em como as pessoas vivenciam subjetivamente seu cotidiano, como pensam, suas atitudes, em termos de inclusão, exclusão, discriminação, aspirações, suas representações em imagens, textos, ideologias, marcos legais, de modo que "tudo importa na análise interseccional, seja material ou simbólico dessas divisões sociais, tudo tem causas e efeitos, tudo é relacional e, sobretudo: nenhuma divisão social está acima da outra: o que pesa mais para uma mulher: ser pobre ou ser indígena?" (Chong, 2020, p. 37, tradução nossa).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

A Chong (2019; 2020, tradução nossa) apresenta o exemplo do caso das mulheres indígenas pobres que não pode ser abordado a partir de um comparativo com as mulheres negras da classe trabalhadora. “A especificidade é o antídoto contra os essencialismos, porque estes impõem rigidez, inflexibilidade, passividade, com que se constroem e reforçam os estereótipos”, os quais “servem para fixar características e atributos, evitando reconhecer a dinâmica cambiante dos sujeitos”, como neste exemplo de essencialismo que traz: “os indígenas sempre foram pobres porque são preguiçosos” (*Id*., 2020, p. 37, tradução nossa).

Aqui, consideramos interessante refletir acerca da narrativa de uma das nossas interlocutoras nesta pesquisa de tese, sobre suas vivências escolares, evidenciando, precisamente, a questão do estereótipo construído e reforçado nesse generalizar, universalizar, essencializar, no caso, os/as sujeitos/as indígenas.

> Na época de escola, lá no primário, nós não comprava materiais escolares, não tinha recurso, por conta disso, o tratamento era diferenciado... eu vou dar um exemplo, um professor pedia ‘para fazer um desenho e pintar com as cores que tinha ser’. Tá eu fazia o desenho, só que eu não tinha o lápis de cor pra pintar, entende, por conta disso eu era questionada, por que pintei conforme ele pediu, e ninguém emprestava, então, ali a gente já era tratado com diferença, a nota boa tu não tinha por conta de que não pintou. Outra coisa também, as vezes eles mandavam fazer o tema de casa, só que na época não tinha a luz instalada em casa, era lampião, aquelas velas, lá, com querosene que botava, e fazia um tubinho, pegava um tecido e colocava dentro de um tubinho, aí a gente acendia e estudava ali daquela maneira. Muitas vezes, criava um carvãozinho em cima daquele tecido e pulava no caderno, então, aí também, não tinha uma consciência de saber, né, a nossa vivência, então, éramos taxados de relaxado, entende, então, olha a dificuldade nossa, como é que tu vai ter um bom estudo, tendo todas essas dificuldades (Maya, 2020).

Portanto, Chong (2019, p. 429, tradução nossa) considera que “para realizar uma análise interseccional, é necessário investigar especificamente qualquer elemento que gere divisão social”, de forma que “não se trata de uma diferenciação unidimensional entre dominantes e dominados, mas buscar conhecer os outros mais profundamente. Cada divisão é autônoma e cada uma dá prioridade a diferentes esferas das relações sociais” (*Ibid*., p. 429, tradução nossa).

Nesse sentido, María Lugones (2020, p. 58) apresenta o vazio que a intersecção apresenta, entendendo-a como um “processo binário, dicotômico e hierárquico”, cujas categorias são homogêneas, mas, uma é selecionada como dominante: “*mulher* seleciona como norma as fêmeas burguesas brancas heterossexuais, *homem* seleciona os machos burgueses brancos heterossexuais”, da mesma forma que *indígena* seleciona machos heterossexuais indígenas, “e assim sucessivamente”. Essa lógica de separação por categorias “distorce os seres e fenômenos sociais que existem na intersecção, como faz a violência

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

contra as mulheres de cor", ou seja, "a intersecção interpreta erroneamente as mulheres de cor", de modo que na intersecção entre *mulher* e i*ndígena,* está ausente a mulher indígena, pois nem *mulher*, nem *indígena* a incluem (*Ibid*., p. 58).

Uma análise interseccional permite dar visibilidade às múltiplas opressões criadas pelas divisões sociais que empurraram grupos específicos para o fundo, por gênero, sexo, raça, etnia, idade. Com essa lente múltipla, podem ser construídos os pisos necessários para garantir retribuição, distribuição e reconhecimento, a fim de buscar sociedades mais equânimes, igualitárias e que respeitem a pluralidade e diversidade de modos de ser (Chong, 2019).

Lugones (2020, p. 58) constata que a interseccionalidade evidencia aquilo que se perde, o vazio, a ausência da mulher indígena, nessa lógica da intersecção e seu pensamento categorial, restando a tarefa de reconceitualizar essa lógica, percebendo "gênero e raça como tramados ou fundidos indissoluvelmente", para que assim seja possível ver "as mulheres de cor". Dessa forma, "o termo *mulher*, em si, sem especificação dessa fusão, não tem sentido ou tem um sentido racista, já que a lógica categorial historicamente seleciona somente o grupo dominante – as mulheres burguesas brancas heterossexuais", escondendo, assim, a desumanização que a colonialidade de gênero implica (*Ibid*., p. 58-59).

Nesse sentido, destacam-se as contribuições da interseccionalidade para se reconceitualizar a identidade e a subjetividade individuais, apontadas por Collins e Bilge (2020, p. 19), considerando-se que uma identidade individual se constitui por múltiplos fatores, os quais se destacam de forma diferente de um contexto social para outro, levando em conta, exatamente, as identidades interseccionais. Ou seja, as sujeitas desta pesquisa, as mulheres indígenas universitárias da FURG, bem como as demais mulheres indígenas presentes nos levantamentos bibliográficos e estudos preliminares a este, muitas vezes argumentam antes de mais nada, serem *indígenas*, enfatizando que a luta de seu povo vem antes da sua, como mulher.

Ainda que real e concreto, tal argumento também se fazer presente com ela identificando-se, simultaneamente, como *mulher indígena*, resposta que, nas palavras de Collins e Bilge (2020, p. 19), "expande esse espaço de subjetividade e abrange múltiplos aspectos da identidade individual", qual seja, toda luta por demarcação das terras, principal pauta da população indígena, como também a sua, por uma igualdade de direitos entre homens e mulheres indígenas, que lhe garanta espaço de fala e reconhecimento. Com efeito, "essa construção social de identidades interseccionais, que podem se realizar diferentemente

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

de um cenário para outro, tem servido como um espaço de empoderamento individual", tornando as mulheres indígenas visíveis (*Ibid*., p. 211).

Conforme aponta Lugones (2020, p. 55), a colonialidade vai além da classificação racial, configurando-se como "um dos eixos do sistema de poder" e atravessando, como tal, não apenas "o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade", mas também da "produção de conhecimento, a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas". Daí a necessidade de se falar em uma decolonização e ressignificação das mulheres indígenas e de todos os espaços que por elas vêm sendo ocupados, como a universidade, tirando-as dessa condição de inferioridade, de invisibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres indígenas universitárias desta pesquisa, bem como as demais citadas neste artigo refletem a representatividade dessas mulheres no movimento indígena e sua luta, sua causa, desde os primórdios até a contemporaneidade, através de sua atuação em organizações próprias e/ou departamentos que debatem a situação específica das indígenas mulheres e outras articulações. Trata-se de mulheres que foram as primeiras de seus povos e/ou famílias a ingressar na graduação, na pós-graduação, as primeiras que conquistaram diplomas de cursos superiores, anteriormente às políticas afirmativas para os Povos Indígenas, as primeiras a usufruírem as cotas, filhas, netas, sobrinhas das/os que participaram da luta pela educação indígena em seus territórios, durante a Constituinte (Vieira, 2023).

E seu legado vai além da sua formação e sua contribuição enquanto profissionais da área da saúde, do magistério, do direito. Tornaram-se exemplos, pioneiras de um caminho árduo para as que estão por vir, que estão por ocupar estes espaços outros possíveis também às mulheres indígenas.

REFERÊNCIAS

AMANTE, Vandreza. 43 Mulheres indígenas do Brasil e da América Latina para se inspirar. **Catarinas**. 22 de junho de 2019. Disponível em: https://catarinas.info/43-mulheres-indigenas-do-brasil-e-da-america-latina-para-se-inspirar/. Acesso em: 5 jun. 2021.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; KURROSCHI, Andreia Rosa. Estudantes Indígenas no Ensino Superior: o Programa de Acesso e Permanência na UFRGS. **Políticas Educativas**,

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

2013. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/viewFile/-45654/28834. Acesso em: 10 abr. 2018.

CHONG, Natividad Gutiérrez. Interseccionalidad. *In*: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. 2. ed. Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. Disponível em: https://omp.ufgd.edu.br/omp/index.php/livrosabertos/catalog/view/2/2/29. Acesso em: 20 jul. 2022.

CHONG, Natividad Gutiérrez. Interseccionalidad: identidades e interstícios. *In*: GUTIÉRREZ, Natividad; TEDESCHI, Losandro Antonio. **Fronteras de género, subjetividades e interculturalidad**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales, Universidade Federal da Grande Dourados, 2020. Disponível em: http://ru.iis.sociales.unam.mx/bitstream/IIS/5797/2/fronteras_de_genero.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

CLANDININ, Jean; CONNELLY, Michael. **Pesquisa Narrativa:** experiência e história de pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: Editora UFU, 2015.

COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

COSTA Larissa; FIDELES, Soraya; TUNES, Lucas; ZONATTO, Otávio. 'Mulheres cientistas': Célia Xakriabá é a personagem do último episódio. **Universidade Federal de Minas Gerais**, online, 27 de dezembro 2019. Disponível em: https://ufmg.br/comunicacao/noticias/mulheres-cientistas-celia-xakriaba-e-a-personagem-do-ultimo-episodio. Acesso em: 21 mar. 2020.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. *In*: MELO, Paula Balduíno *et al* (orgs.). **Descolonizar o feminismo**: VI Sernegra. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2019. p. 32-51.

GONÇALVES. Josimere Serrão; RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas. Colonialidade de gênero: o feminismo decolonial de María Lugones. *In*: RIBEIRO, Paula Regina Costa *et al* (orgs.). **Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2018. Disponível em: https://7seminario.furg.br/images/arquivo/46.pdf. Acesso em: 04 jul. 2022.

GOUVEIA, Aline. Dia internacional da mulher: veja avanços e desafios das mulheres indígenas. **Correio Brasiliense.** Online. 08 de março de 2024. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2024/03/6814946-dia-internacional-da-mulher-veja-avancos-e-desafios-das-mulheres-indigenas.html. Acesso em: 21 mar. 2024.

FAUSTINO, Rosângela Célia; NOVAK, Simone Jacomini; LANÇA, Vanessa de Souza. Educação, trabalho e gênero na sociedade indígena: estudo sobre os Kaingang de Faxinal no Paraná. **Revista Emancipação**, 2010. Disponível em: http://www.revistas2.uepg.br/index.-php/emancipacao/article/view/Emancipacao.v.10i1.341350. Acesso em: 15 maio 2019.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

LARROSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação**. Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 04-27, jul./dez. 2011.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje:** perspectivas decoloniais. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MARTINELLI, Andréa. Sônia Guajajara: 'Somos as cientistas ancestrais da vida no planeta'. **Capricho**. 30 de julho de 2023. Disponível em: https://capricho.abril.com.br/sociedade/sonia-guajajara-somos-as-cientistas-ancestrais-da-vida-no-planeta/. Acesso em: 21 mar. 2024.

MELLO, Dilma; MURPHY, Shaun; CLANDININ, D. Jean. Introduzindo a investigação narrativa nos contextos de nossas vidas: uma conversa sobre nosso trabalho como investigadores narrativos. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 1, n. 3, p. 565-583, set./dez. 2016.

MELO, Clarissa; ANTUNES, Eunice Kerexu Yxapyry. Ser mulher e acadêmica Guarani: corporalidade e espaços de circulação. *In*: SILVEIRA, Nádia Heusi; MELO, Clarissa Rocha de; JESUS, Suzana Cavalheiro de (orgs.). **Diálogos com os Guarani:** articulando compreensões antropológicas e indígenas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

MOLINA, Karina Ribeiro S. **A educação superior e o reconhecimento da identidade:** compreendendo o processo de inserção indígena na Universidade Federal do Rio Grande – FURG. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) – Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2018. Disponível em: https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/908b724cb0d56090f8ed3069073788f2.pdf . Acesso em: 01 jul. 2024.

MOLINA, Karina Ribeiro S. **Inclusão, feminismo e violência:** problematizando as experiências das mulheres indígenas na FURG. 2022. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2022. Disponível em: https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/2b91bf62f9d0b98a48a4611fe9c9272c.pdf. Acesso em: 01 jul. 2024.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *In*: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 84-95.

PRUDENTE, Talita. Mulher e cientista, muito prazer. **Jornal UFG**. Online. 8 de março de 2021. Disponível em: https://jornal.ufg.br/n/139409-mulher-e-cientista-muito-prazer. Acesso em: 21 mar. 2024.

ROCHA, Matheus. Indígenas se formam em direito para defender comunidades. 8 de abril de 2022. **Folha de São Paulo**. Online. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/04/indigenas-se-formam-em-direito-para-defender-comunidades.shtml. Acesso em: 5 jun. 2021.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024

SAMPAIO, Paula Faustino. Por uma história descolonial das mulheres indígenas. *In*: GUTIÉRREZ, Natividad; TEDESCHI, Losandro Antonio. **Fronteras de género, subjetividades e interculturalidad**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales, Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.

SANTOS, Augusto Ventura dos. **Políticas afirmativas no ensino superior:** estudo etnográfico de experiências indígenas em universidades do Mato Grosso do Sul (Terena e Kaiowá-Guarani). 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/16961130/GEA_Rede_de_Saberes_Politicas-_de_Acao_Afirmativa?email_work_card=view-paper. Acesso em: 5 jun. 2021.

SANTOS, Maylana E. P. dos; SANTOS, Clarice Almeida dos; RIBEIRO, Joyce O. S. Colonialidade de gênero, resistência e feminismo decolonial. *In*: RIBEIRO, Joyce O. S. *et al* (orgs.). Educação e Compromisso Social. **Anais do IV Encontro do Estudantes de Pedagogia**. Abaetetuba: Ed. Universitária, Campus de Abaetetuba, 2019. Disponível em: https://www.cubt.ufpa.br/publicacoes/eventos/Ebook%204%20Eped.pdf. Acesso em: 15 jul. 2022.

SIMÕES, Rodrigo. Participação indígena no Ensino Superior aumenta mais de 500% em seis anos; mulheres são a maioria. **Quero bolsa**, 2019. Disponível em: https://querobolsa.com.-br/revista/participacao-indigena-no-ensino-superior-aumenta-mais-de-500-em-seis-anos-mulheres-sao-a-maioria. Acesso em: 21 maio 2020.

TASSINARI, Antonella. Diálogos com os Guarani: articulando compreensões antropológicas e indígenas. *In*: SILVEIRA, Nádia Heusi; MELO, Clarissa Rocha de; JESUS, Suzana Cavalheiro de (orgs.). **Diálogos com os Guarani:** articulando compreensões antropológicas e indígenas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

VIEIRA, Nanah Sanches. **Indígenas mulheres acadêmicas:** vozes insurgentes e corpos resistentes nas universidades brasileiras. 2023. 337 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/46729/1/2023_NanahSanchesVieira.pdf. Acesso em: 21 mar. 2024.

Agradecimentos

À *Niara*, *in memoriam*, "mulher determinada em busca de grandes objetivos", pseudônimo que define perfeitamente a mulher indígena universitária inspiração desta pesquisa de doutorado, presente na pesquisa de mestrado também, cuja vida foi tragicamente interrompida, a partir do acidente que sofreu em seu jantar de formatura, em março deste ano, no auge de seus 26 anos. Pensamento pulsante, de luta, de inconformidade com as injustiças, uma verdadeira guerreira, exemplo para tantas mulheres indígenas e não indígenas. Obrigada Jaqueline, por compartilhar conosco todas as dores e lutas da mulher indígena que se atreve a conquistar cada vez mais outros espaços. Foi tão pouco tempo, mas ela veio e fez, deixou seu legado! ***Jaqueline, presente!***

SOBRE AS AUTORAS

Karina Ribeiro S. Molina
Doutora em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Mestra em Administração Pública pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG e Licenciada em Letras Português/ Inglês pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Técnica Administrativa em Educação na Universidade Federal do Rio Grande - FURG desde 2008, atualmente, Ouvidora da Universidade. Parecerista da Revista Diversidade e Educação. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola - Gese, atuando principalmente nos seguintes temas: ações inclusivas e afirmativas, relações étnico-raciais e feminismos. Lattes: http://lattes.cnpq.br/5923285929819156.
E-mail: ksmamcmmsm@gmail.com

Paula Regina Costa Ribeiro
Doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professora titular do Instituto de Educação e do Programa de Pós-Graduação: Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Pós-Doutorado na Escola Superior de Educação de Coimbra/Instituto Politécnico de Coimbra. Pesquisadora do Grupo de Investigación en Educación y Sociedad (Gies). Editora da Revista Diversidade e Educação. Líder do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (Gese), atuando principalmente nos seguintes temas: corpos, gêneros e sexualidades. Bolsista produtividade 1C do CNPq. http://lattes.cnpq.br/0516745823012125.
E-mail: pribeiro.furg@gmail.com

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 25, n. 2, p. 98-124, maio/ago. 2024.
Recebido em: 19/04/2024 | Aceito em: 24/06/2024